



## Influência do Macroambiente Político sobre o Desempenho Econômico De Empresas do G20

Marcello Christiano Gorla  
Universidade Regional de Blumenau – FURB  
[gorlacontabil@yahoo.com.br](mailto:gorlacontabil@yahoo.com.br)

Nelson Hein  
Universidade Regional de Blumenau – FURB  
[hein@furb.br](mailto:hein@furb.br)

Júlio Cesar da Silva  
Universidade Regional de Blumenau  
[profjulio72@gmail.com](mailto:profjulio72@gmail.com)

### Resumo:

A literatura aponta que há um desempenho superior em empresas que monitoram ampla e frequentemente o ambiente externo. Para a Teoria da Nova Economia Institucional (NEI) o ambiente institucional afeta o comportamento e o desempenho dos agentes econômicos e as formas com que as transações organizacionais são incorporadas. Este trabalho objetiva verificar o efeito dos fatores políticos, inclusive da corrupção governamental, sobre o desempenho econômico em empresas de países do G20. A pesquisa foi descritiva, com coleta de dados documental, utilizando a série temporal entre 2010 e 2015, a abordagem quantitativa, com a amostra constituído por 2950 empresas de 31 países integrantes do G20. As variáveis políticas e as de desempenho foram sintetizadas em um única variável por meio do método estatístico DP2. Aplicou-se a regressão linear múltipla e obteve-se a confirmação da influência positiva e significativa dos fatores políticos sobre o desempenho econômico das empresas. A hipótese foi confirmada para os anos de 2010 e 2012 e sugere-se que as variáveis que possam ter influenciado tenham sido a ação reguladora do governo (2010) e a estabilidade política (2012). Em contraste, em 2011, encontrou-se um maior indicador de corrupção governamental o que sugere influência desta no efeito negativo dos fatores políticos sobre o desempenho econômico.

**Palavras-chave:** Desempenho econômico; G20; Macroambiente Político; Corrupção Governamental.

**Linha Temática:** Contabilidade Financeira.



## 1. Introdução

A literatura tem buscado compreender melhor o desempenho econômico das empresas quanto a seus determinantes e a melhor medida para mensurá-lo. Com a finalidade de averiguar a performance organizacional, vários modelos têm utilizado informações financeiras e não financeiras (LIMA; PONTE, 2006).

O desempenho também tem sido utilizado como variável dependente de forma mais explícita no campo da estratégia, mas, a ideia de que o desempenho deve ser previsto, entendido e determinado está presente em todas as áreas de estudos organizacionais (MARCH; SUTTON, 1997). Esta pesquisa ressalta o papel de fatores macroambientais das nações sobre o desempenho das organizações. Para Brito e Vasconcelos (2005) os países apresentam diferenças em um amplo número de características que podem influenciar o desempenho das firmas. De modo mais específico, este trabalho explora o efeito de fatores políticos e da corrupção sobre o desempenho das empresas.

A sustentação teórica para tal investigação advém da Nova Economia Institucional (NEI), pois de acordo com North (1992), um de seus precursores, as instituições, o conjunto de regras formais macroambientais (como leis e regulamentações), os constrangimentos informais (como convenções, códigos de conduta) e os mecanismos de promoção e de coerção das leis, são formadas para reduzir a incerteza nas interações humanas.

Neste contexto, o governo ocupa um papel central no ambiente institucional das nações (RING et al., 2005). A influência do governo ocorre sob diversos aspectos nas atividades das empresas: na criação de novas indústrias (SPENCER; MURTHA; LENWAY, 2005); no processo de inovação e imitação de tecnologias (MAHMOOD; RUFFIN, 2005); possibilidades de implementação de estratégias políticas de atratividade (BONARDI; HILLMAN; KEIM, 2005); e na corrupção (RODRÍGUEZ; UHLENBRUCK; EDEN, 2005).

Os fatores políticos dizem respeito às políticas governamentais, e mudanças que provocam alterações na estrutura do funcionamento das relações e negociações das organizações do país. Também refere-se a são sobre como e em que grau um governo intervém na economia (DINÇER, 2004; ULGEN; MIRZE, 2007; LYNCH, 2009). Para tais autores são exemplos de fatores políticos: a política do governo, estabilidade política ou a instabilidade nos mercados internacionais, a política de comércio exterior, a política fiscal, direito do trabalho, direito ambiental e restrições comerciais.

Para North (1990) o governo e demais instituições definem “as regras do jogo da sociedade” onde os jogadores, que são as organizações políticas, econômicas e sociais atuam. Neste aspecto, a corrupção governamental está associada ao perfil institucional dos países e com sua presença, em algumas sociedades, atua sobre as organizações nelas inseridas.

A corrupção, uma das variáveis políticas utilizadas neste estudo, foi examinada extensivamente na literatura macro, começando com Mauro (1995), o qual afirma que a corrupção pode ter um efeito adverso considerável sobre a atividade econômica, sendo que, de modo particular, pode reduzir a taxa média de crescimento, tanto do país como das empresas.

A corrupção deve ser analisada como um problema econômico, uma vez que, a longo prazo, tem custos elevados para o setor privado e setor público. A corrupção desloca recursos que poderiam ser aplicados eficientemente na produção de bens privados e públicos; reduz o investimento estrangeiro; aumenta a evasão fiscal uma vez que o setor informal tende a ser de maior dimensão (CASTRO, 2008).

Todo esse contexto justifica abordar os efeitos dos fatores políticos, incluindo a corrupção governamental sobre o desempenho econômico das organizações em uma amostra diversificada de nações. Jong e Van Ees (2014) afirmam que embora a literatura (empírica)



sobre corrupção e desempenho (econômico) em nível de país tenha sido relativamente bem desenvolvida, uma perspectiva a nível de empresa continua a ser relativamente sub explorada nas pesquisas.

Mediante o exposto a questão problema desta pesquisa é: Qual é o efeito de fatores políticos e da corrupção governamental sobre o desempenho econômico das empresas de países que compõem o G20? Para isso, buscará atingir o objetivo de verificar o efeito da corrupção governamental sobre o desempenho econômico das empresas de países que compõem o G20.

Na seção seguinte apresenta-se a revisão de literatura com ênfase na relação entre as instituições e as empresas, o que é explicado por meio da Teoria da Nova Economia Institucional. Além disso, aprofunda-se a relação entre os fatores políticos e a corrupção com as organizações e seu desempenho.

## 2. Fundamentação Teórica

A Nova Economia Institucional tem sido uma das perspectivas científicas mais debatidas recentemente no mundo acadêmico nas ciências sociais no Brasil. Esta corrente tem suas origens no velho institucionalismo, sobretudo americano, além de manter certos pressupostos da escola neoclássica. (GUEDES, 2000).

A NEI sustenta que o ambiente institucional influencia as relações de mercado imperfeito, e que é por meio da delimitação e possibilidades do funcionamento das instituições que os agentes se respaldam como referência fundamental para suas tomadas de decisões. Adicionalmente, o nível macro ambiental da (NEI) analisa o ambiente institucional, que afeta o comportamento e o desempenho dos agentes econômicos e as formas com que as transações organizacionais são incorporadas (KHERALLA; KIRSTEN, 2010).

Na visão de North (2006), o ambiente institucional é firmado pelo conjunto de regras políticas, sociais e legais que estabelecem as bases para a produção, troca e distribuição. Mudanças no ambiente tendem a modificar as transações existentes, pois podem induzir a revisões de contratos e alterações na forma organizacional, os quais influenciam nos custos de transação. (SANTOS, 2007). Deste modo, verifica-se que a Nova economia Institucional na sua abordagem do macroambiente com a criação das regras do jogo e seus efeitos sobre o país, instituições e empresas provê o arcabouço teórico para este artigo e a resposta para sua questão de pesquisa

Tavares (2005) elegeu como uma das variáveis para avaliar o macroambiente político a transparência das ações políticas. Palombo (2013) encontrou uma influência positiva de certos fatores sobre o desempenho de indústrias, tais como: a efetividade da ação governamental, a proporção do crédito disponível no mercado em relação ao PIB e a liberdade para comercializar com o exterior; porém, averiguou que alguns fatores macro ambientais mostraram-se com uma relação negativa junto ao desempenho do segmento industrial, entre eles o índice de percepção de corrupção.

Os fatores políticos dizem respeito às políticas governamentais e mudanças que provocam alterações na estrutura de funcionamento das relações e negociações das organizações do país. Também refere-se a como e em que grau um governo intervém na economia (DINÇER, 2004; ULGEN; MIRZE, 2007; LYNCH, 2009). Para tais autores são exemplos de fatores políticos: a política do governo, estabilidade política ou a instabilidade nos mercados internacionais, a política de comércio exterior, a política fiscal, direito do trabalho, direito ambiental e restrições comerciais.

As mudanças políticas podem criar oportunidades e ameaças, por isso inúmeras indagações surgem nas empresas, quanto à postura estratégica que permita exercer influência na agenda das instituições executivas, legislativas e regulatórias. Com isso, vê-se uma



integração das tendências políticas com a busca por uma vantagem dinâmica, o que é mais evidente em contextos com redução da regulação econômica, aumento da regulação social e do meio ambiente (BAILEY, 1997).

Adicionalmente, dentro do contexto ambiental, o ambiente regulatório tem sido reconhecido como um fator crítico que influencia a difusão da inovação (ZHU et al., 2004). As empresas que operam em um ambiente no qual as políticas do governo são restritivas têm baixa adoção de tecnologia de informação (ZHU; KRAEMER, 2005). Isso também é consistente com Williamson (1983, p. 126), que resumiu duas maneiras em que a regulamentação do governo pode afetar a difusão da inovação: (i) uma é tomar medidas específicas para aumentar ou diminuir retornos tomando medidas comerciais; e a (ii) outra é a proteção legal inadequada para as atividades de negócios online.

Saiful e Chandra (2017) investigaram a influência dos fatores macroambientais, inclusive os políticos, sobre a indústria têxtil de Bangladesh. Os autores acreditam que o desenvolvimento de um país depende, em grande parte, de um sistema político suave e estável, um governo democrático com boa política fiscal e monetária. Os achados demonstraram que há características negativas no sistema político, tais como: ausência de um sistema democrático adequado, ausência de estado de direito, corrupção e terrorismo, ausência de prática democrática entre os partidos políticos e pressão do islã. Porém, o governo de Bangladesh tomou medidas positivas e iniciativas a favor do setor de vestuário que tem ajudado no desempenho das empresas têxteis, como, por exemplo: política trabalhista favorável, políticas de incentivos a exportação, impostos de importação reduzidos sobre máquinas e peças sobressalentes.

De acordo com Ferreira et al., (2016) na última década, surgiram inúmeros trabalhos que buscaram verificar os efeitos da corrupção do governo em vários aspectos das atividades econômicas, tais como, seus efeitos deletérios sobre o crescimento econômico e desenvolvimento (SHLEIFER; VISHNY, 1993; MAURO, 1995, 1998), suas consequências na produtividade e investimento estrangeiro (MAURO, 1995; DOH et al., 2003; LAMBSDORFF, 2003), e ainda sua influência nas estratégias de empresas (JENSEN et al., 2010; SPENCER; GOMEZ, 2011; KARHUNEN; LEDYAEVA, 2012; BARBOPOULOS et al., 2014).

O Banco Mundial (2000) define a corrupção como o abuso de poder para obter informações privadas benefícios e inclui pagamentos de subornos, favoritismos, uso inapropriado de influências, pagamentos irregulares na contratação pública. A corrupção é um dos mais penetrantes obstáculos ao crescimento econômico e ao desenvolvimento social. Há evidências empíricas que mostram que a corrupção prejudica diretamente o crescimento e desenvolvimento econômico (KEEFER; KNACK, 1997; KNACK; KEEFER, 1995; LI; XU; ZOU, 2000; MÉON; SEKKAT, 2005). Do ponto de vista teórico, muitos pesquisadores tentam explicar este fenômeno abordando como problema a falta de boa governança da macroeconomia (EHRlich; LUI, 1999; SARTE, 2000).

Alguns estudos encontram uma correlação negativa entre a corrupção e o crescimento do PIB. De modo mais particular, Fisman e Svensson (2005) coletam informações sobre os pagamentos estimados de subornos das empresas ugandesas e analisam o relacionamento entre pagamentos de suborno, impostos e o crescimento das firmas. Os achados mostram que tanto a taxa de tributação como o suborno estão negativamente correlacionados com o crescimento da empresa. O aumento de um ponto percentual na taxa de suborno está associada a uma redução no crescimento da firma de três pontos percentuais, um efeito que é cerca de três vezes superior ao da tributação.

A corrupção também é apontada como um mecanismo que transmite informações que reduzem o investimento e, portanto, indiretamente, dificultam o crescimento econômico



## Contabilidade e Perspectivas Futuras

Florianópolis, SC, Brasil  
Centro de Eventos da UFSC  
12 a 14 de agosto de 2018

(MAURO, 1995). No entanto, também encontram-se na literatura trabalhos que apontam uma relação positiva da corrupção para com o crescimento das organizações.

Ayaydin e Hayaloglu (2014) analisaram 41 empresas fabris na Turquia, entre 2008 e 2011 usando técnicas de dados em painel. O estudo revelou que o efeito do nível de corrupção, da rentabilidade e da alavancagem financeira, sobre o crescimento das empresas foi significativamente positivo em todos os casos, mas a classificação do risco financeiro é negativa. Os autores afirmam que a relação significativamente positiva entre o crescimento das empresas privadas e o nível de corrupção demonstra que a corrupção pode aumentar o desenvolvimento econômico, principalmente porque as práticas ilegais e os pagamentos podem superar os atrasos burocráticos; posto que a aceitação de subornos por funcionários do governo poderia funcionar como um incentivo e aumentar sua eficiência.

Boukou (2017) levantou a hipótese de que as empresas chinesas envolvidas em suborno sob a forma de pagamentos ou presentes para funcionários do governo têm níveis mais altos de desempenho. A pesquisa utilizou um conjunto de dados recentes fornecidos pelo Banco Mundial e os resultados apresentaram que tanto empresas que veem o sistema judicial como sendo corrompido, como empresas cuja percepção é que o sistema não é corrompido, obtêm crescimento no seu desempenho. Tal achado implicou que a corrupção não contribuiu negativamente para o crescimento das empresas chinesas.

Saiful e Chandra (2017) investigaram a influência dos fatores macroambientais, inclusive os políticos, sobre a indústria têxtil de Bangladesh. Os autores acreditam que o desenvolvimento de um país depende, em grande parte, de um sistema político suave e estável, um governo democrático com boa política fiscal e monetária. Os achados demonstraram a existência de características no sistema político, tais como: ausência de um sistema democrático adequado, ausência de estado de direito, corrupção e terrorismo que possuem relação negativa com o desempenho da indústria têxtil.

Com base na literatura apresentada justificou-se a procura da influência dos fatores políticos, incluindo, a corrupção governamental, no desempenho de empresas em uma amostra grande e diversa de países. Na próxima seção serão descritos os procedimentos metodológicos que permitem averiguar qual o efeito da corrupção governamental para as empresas da amostra que será descrita.

### 3 Procedimentos metodológicos

A pesquisa se caracteriza como sendo descritiva, com coleta de dados documental e com abordagem quantitativa. Realizou-se a coleta das variáveis de desempenho a partir das demonstrações contábeis publicadas por empresas do grupo de países componentes do G20, as quais constam na base de dados *Thomson Datastream Index Service*. Complementarmente, as variáveis macroambientais referentes aos fatores políticos e corrupção, foram colhidas em sítios de organismos e agências internacionais que dedicam-se a pesquisas, captação e criação destes indicadores.

#### 3.1 População e Amostra

A composição da população de pesquisa foi definida considerando-se as empresas de capital aberto localizadas nos países integrantes do G20. O grupo G20 é composto por ministros das finanças e os líderes de economias industriais e em desenvolvimento, criado em 1999, no rescaldo da crise financeira asiática (GOUTIER, 2010). A representatividade financeira e populacional do G20 são expressivas, pois somados os países membros, tem-se aproximadamente, 90% do produto nacional bruto mundial, 80% do comércio internacional, 70% da população rural do globo; mais de 26% das exportações agrícolas mundiais e cerca de 65% da população do planeta (FRANCISCO, 2017).



**Contabilidade e Perspectivas Futuras**

Florianópolis, SC, Brasil  
 Centro de Eventos da UFSC  
 12 a 14 de agosto de 2018

A intenção ao dar preferência à amostra composta pelo G20 é a de possuir uma grande heterogeneidade no que tange às características e modelos políticos, graus de corruptibilidade e situação econômica, sem contudo abrir mão dos países com economias mais robustas. Estas diferenças entre as nações escolhidas oferecem uma análise mais abrangente se comparada a análise que seria possível utilizando-se grupos como o G8, ou uma amostra com países de um só continente.

A partir do levantamento dos 43 países componentes do G20, a amostra passou por diversos processos de tratamento, pois milhares de empresas destes países apresentaram valores nulos (NULL), em branco ou zerados para os oito indicadores avaliados, sendo tais empresas excluídas. Ainda nesta fase, certos países, tais como, Coréia do Sul, Portugal, Luxemburgo, México, Malta e República Tcheca, por não contemplarem empresas com a presença de todos os indicadores no período completo entre 2009 e 2015, foram suprimidos. Além destes, outros países com menos de 20 empresas, não permaneceram na amostra, sendo excluídos antes da remoção dos *outliers*.

Com isso, a amostra ficou composta por 4.325 empresas antes, e, 2.950 empresas após a remoção dos *outliers*. Por uma questão de segurança optou-se em considerar como *outlier* qualquer valor da série fora do intervalo médio de + ou -  $2\sigma$ . A Tabela 1 demonstra a composição da amostra final das empresas por países.

Tabela 1 – Composição final da amostra

Países		Com outliers		Amostra final (Sem outliers)	
		No.	%	No.	%
1	ALEMANHA	367	8,49%	279	9,46%
2	ARABIA SAUDITA	100	2,31%	94	3,19%
3	ARGENTINA	41	0,95%	29	0,98%
4	AUSTRALIA	76	1,76%	36	1,22%
5	AUSTRIA	33	0,76%	29	0,98%
6	BELGICA	73	1,69%	58	1,97%
7	BRASIL	233	5,39%	149	5,05%
8	BULGARIA	121	2,80%	87	2,95%
9	CANADÁ	595	13,76%	346	11,73%
10	CHINA	463	10,71%	379	12,85%
11	CROÁCIA	54	1,25%	39	1,32%
12	DINAMARCA	36	0,83%	27	0,92%
13	ESLOVENIA	23	0,53%	8	0,27%
14	ESPANHA	82	1,90%	50	1,69%
15	EUA	891	20,60%	553	18,75%
16	FINLANDIA	71	1,64%	63	2,14%
17	GRECIA	122	2,82%	74	2,51%
18	HOLANDA	55	1,27%	42	1,42%
19	HUNGRIA	21	0,49%	15	0,51%
20	IRLANDA	28	0,65%	13	0,44%
21	ITALIA	97	2,24%	73	2,47%
22	LITUANIA	27	0,62%	10	0,34%
23	REINO UNIDO	106	2,45%	85	2,88%
24	ROMENIA	26	0,60%	19	0,64%
25	RUSSIA	103	2,38%	27	0,92%



**Contabilidade e Perspectivas Futuras**

26	SUÉCIA	63	1,46%	45	1,53%
27	JAPÃO	63	1,46%	51	1,73%
28	CHIPRE	38	0,88%	13	0,44%
29	FRANÇA	63	1,46%	44	1,49%
30	TURQUIA	106	2,45%	75	2,54%
31	POLONIA	148	3,42%	138	4,68%
TOTAL		4325	100,00%	2950	100,00%

### 3.2 Construto da Pesquisa

Neste tópico são apresentados os constructos utilizados na pesquisa, sendo assim, os pesquisadores devem fornecer uma definição operacional que seja observável, a qual representa um símbolo ou uma variável em que os valores numéricos podem ser atribuídos (MALHOTRA; GROVER, 1998).

Na Tabela 2, aparecem as variáveis escolhidas para cada dimensão que faz parte do construto. Reis (2009) cita que para medir a capacidade de produzir lucro e de todo o capital investido nos negócios podem ser feitas análises de índices de rentabilidade. Para Matarazzo (2008) os quatro índices de rentabilidade são: Giro do Ativo, Margem Líquida, Retorno do Ativo e Retorno do Patrimônio Líquido. Deste modo, foram escolhidas as quatro variáveis de desempenho;

Adicionalmente, em relação as variáveis políticas, a seleção considerou a citação destas na literatura e sua existência em sítios internacionais desde que abrangessem os 31 países da amostra e os anos de 2009 a 2015.

Tabela 2 – Construtos da pesquisa

Dimensões	Variáveis	Métricas	Fonte	Autores Base	
Fatores Políticos	P1	Índice de percepção de Corrupção Governamental 1	<b>Os escores variam de 0 (muito corrupto) a 100 (muito limpo).</b> Os valores dos indicadores são determinados usando informações de pesquisas e avaliações de corrupção, coletadas por uma variedade de instituições respeitáveis.	<a href="http://www.transparency.org">http://www.transparency.org</a>	Teece et al. (1995); Roland (2000), Grigorian e Martinez (2001), Braga (2002), Johnson; Scholes; Whittington (2005), Kon (2006), Aharoni, Maimon e Segev (2007), Palombo; Saaia (2011). Kromoser (2013),
	P2	Tamanho do Governo	<b>De 1 (menor tamanho) a 10 (maior tamanho).</b> Ele é construído a partir de subcomponentes que medem o consumo do governo, transferências, investimento do governo e taxas de impostos.	<a href="http://www.fraserinstitute.org">http://www.fraserinstitute.org</a>	Nguku (2013), Kashi (2014).
	P3	Regulação do governo	<b>Pontuação de -2,5 a +2,5 (Quanto maior melhor).</b> Capta a percepção da capacidade do governo de formular e implementar políticas e regulamentos sólidos que permitam e promovam o desenvolvimento do setor privado.	<a href="http://www.fraserinstitute.org">http://www.fraserinstitute.org</a>	



**Contabilidade e Perspectivas Futuras**

	P4	Competitividade de Global	<b>De 1 a 7 pontos.</b> Formado a partir de mais de 340 critérios que medem diferentes facetas de competitividade para 63 países desde 1989.	<a href="http://www.imd.org/uupload">http://www.imd.org/uupload</a>	
	P5	Índice de Estabilidade Política	<b>De (-2,5) a (+2,5).</b> Mede a percepção de que o governo será desestabilizado ou derrubado por meios inconstitucionais ou violentos, incluindo violência política e terrorismo. É uma média dos índices: da <i>Economist Intelligence Unit</i> , e do Fórum Econômico Mundial.	<a href="http://pt.theglobaleconomy.com">http://pt.theglobaleconomy.com</a>	
Desempenho Econômico	D1	Giro do Ativo Total (GAT)	<u>Receita de Vendas</u> Ativo Total	Base de dados <i>Thomson</i>	Azeredo, Souza e Gomes Machado (1997), Bortoluzzi <i>et al</i> (2010), e Durski (2017).
	D2	Retorno sobre Ativos (ROA)	<u>Lucro Líquido</u> Ativo Total		Gleason, Mathur e Mathur (2000), Camargos e Barbosa (2005); Anuatti-Neto, Barossi-Filho, Carvalho e Macedo (2005).
	D3	Margem Líquida (ML)	<u>Lucro Líquido</u> Vendas		Anuatti-Neto, Barossi-Filho, Carvalho e Macedo (2005); Da Cruz <i>et al</i> (2008).
	D4	Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido (ROE)	<u>Lucro Líquido</u> Patrimônio Líquido		Antunes, Corrar e Kato (2004), Zeitun e Tian (2014).

Fonte: Elaborado pelo autor.

A coleta de dados foi realizada entre novembro de 2016 e maio de 2017, em dois blocos: dados contábeis referentes aos elementos presentes nas fórmulas do Desempenho Econômico; e os referentes aos Fatores Macroambientais sobre corrupção. Os dados foram obtidos para os anos de 2009 a 2015, pois os fatores políticos de 2016 ainda não haviam sido publicados até maio de 2017.

### 3.3 Métodos Estatísticos

A análise dos dados coletados considerou três etapas. A primeira etapa foi referente ao cálculo dos valores dos indicadores de desempenho econômico (DES1 a DES4) para as 2950 empresas de capital aberto de países do G20, investigadas no período de 2010 a 2015. Posteriormente, no segundo passo, com os indicadores calculados e com os valores dos fatores políticos coletados, procedeu-se a aplicação de uma técnica de análise multivariada



## Contabilidade e Perspectivas Futuras

Florianópolis, SC, Brasil  
Centro de Eventos da UFSC  
12 a 14 de agosto de 2018

buscando-se sintetizar as cinco variáveis macro ambientais políticas em uma variável, assim como, as quatro variáveis de desempenho em um único indicador (DES).

Para isto, utilizou-se a distância DP2, a qual é um indicador sintético elaborado por Trapero (1977) e, como seu nome indica, foi construído para medir distâncias, disparidades. A DP2 tem aplicação tanto para comparações interespaciais como intertemporais e o método necessita de uma matriz, cujos elementos em linha são no caso da tese as empresas em análise e as colunas as variáveis a serem sintetizadas. Cada elemento  $x_{ij}$  da matriz representa o valor associado da empresa  $i$  na variável  $j$ .

O indicador sintético é construído segundo as hipóteses inerentes ao método: completitude e linearidade. Especificamente, (i) completitude: o número das componentes é tal que todas as propriedades relacionadas com o objeto buscado pelo indicador global representadas por meio de suas componentes (variáveis); (ii) linearidade: a relação existente entre os distintos componentes é linear, ou seja,  $x_j = \alpha_0 + \alpha_1 x_1 + \dots + \alpha_{j-1} x_{j-1} + \varepsilon_{j-1}$  para  $j=1, \dots, n$ . Com essa suposição define-se a distância DP2 na forma:

$$DP_2 = \sum_{j=1}^n \frac{d_j}{\sigma_j} (1 - R_{j,j-1,j-2,\dots,1}^2), \text{ com } R_1^2 = 0.$$

$$[(DP)]_2 = \sum_{j=1}^n [d_j / \sigma_j (1 - R_{(j,j-1,j-2,\dots,1)}^2)], \text{ com } R_1^2 = 0.$$

Onde:

$d_j = d_j(r, k) = |x_{rj} - x_{kj}|$ , em que  $r$  é base de referência;

$d_j / \sigma_j$  é o indicador parcial da componente  $j$  (variável);

Ao dividir a distância  $d_j$  pelo desvio-padrão da componente o indicador perde as unidades nas quais foi mensurado. Esse procedimento soluciona o problema de heterogeneidade das unidades de medida dos indicadores parciais e por outro lado, serve como sistema de ponderação mediante o qual se consegue dar menor importância às distâncias correspondentes as componentes cujos valores apresentem maior dispersão em relação à média.

Em síntese, o método de distância, propõe a diferença entre um dado valor de um indicador e outro que é tomado como referência, resolvendo assim o problema de heterogeneidade das unidades de medida. No caso deste trabalho optou-se por utilizar como referência o valor máximo das variáveis (DES) ou subvariáveis (macro ambientais) em cada ano.

Após o cálculo da DP2 utilizou-se a regressão linear múltipla, apresentada a seguir, que visa atentar às hipótese da pesquisa:

$$Desempenho_i = \beta_0 + \beta_1 P_i + Países$$

O teste de Durbin-Watson (DW) ou a estatística de Durbin-Watson, também fornecido automaticamente pelo SPSS®, foi utilizado para verificar a ausência de auto correlação serial dos resíduos. O atendimento do pressuposto ocorre quando os valores da estatística DW se posicionam próximos a 2,0. (GUJARATI; PORTER, 2011). A inexistência de multicolinearidade dos dados foi verificada por meio do teste do Fator de Inflação da Variância (VIF), o qual é gerado automaticamente pelo *software* SPSS. O Teste VIF é interpretado da seguinte forma: (a) até 1 – sem multicolinearidade; (b) de 1 até 10 – com multicolinearidade aceitável; (c) acima de 10 – com multicolinearidade problemática (HAIR et al., 2005; GUJARATI; PORTER, 2011).

Também utilizou-se o teste paramétrico de Análise de Variância (Anova) que é uma ferramenta para comparação de vários grupos ou estratos de interesse (MONTGOMERY, 1991). A Anova permite investigar a existência de diferenças significativas entre os grupos estudados e tem como pressupostos: (1) amostras aleatórias e independentes; (2) amostras



extraídas de populações normais; e (3) as populações devem ter variâncias iguais (DEAN; VOSS, 1999).

### 3. 4 Hipótese

Conforme Palombo e Sauia (2011), existe influência positiva de certos fatores políticos sobre o desempenho de indústrias, tais como: a efetividade da ação governamental, a proporção do crédito disponível no mercado em relação ao PIB e a liberdade para comercializar com o exterior. Por outro lado, alguns fatores macro ambientais mostraram-se com uma relação negativa junto ao desempenho do segmento industrial, são eles: qualidade regulatória dos três poderes, despesas e gastos governamentais em proporção do PIB e índice de percepção de corrupção. Tais conclusões consideraram 24 países da América Latina durante 17 anos de observação. Assim, estabeleceu-se a hipótese do estudo.

Hipótese: Há uma relação positiva entre o fatores macroambientais políticos e o desempenho econômico das empresas do G20.

Dentre os fatores macroambientais com condições de criar ou deteriorar a vantagem competitiva das empresas, os fatores políticos são de grande importância em indústrias que passaram por processos de reorganização a partir de mudanças estruturais (BASTOS; MACEDO-SOARES, 2007).

Na próxima sessão deste artigo são apresentados os resultados da estatística descritiva e da regressão linear múltipla. Também são discutidos os achados com a literatura apresentada.

### 4 Análise e discussão dos resultado

Esta seção de análise de resultados inicia-se com a apresentação da estatística descritiva (média, máximo, mínimo e desvio padrão) das variáveis macroambientais políticas e das quatro variáveis dependentes representativas do desempenho econômico nos seis anos da série e para os 31 países que formam a amostra. Na Tabela 3 demonstra os resultados obtidos em relação aos indicadores de corrupção.

Tabela 3 – Estatística descritiva das variáveis políticas

Dimensão	Variáveis	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Média	Escala
Política	Corrupção governamental	60,58	60,48	61,61	61,52	61,71	63,74	<b>61,61</b>	0 a 100 (menos para mais limpo)
	Tamanho do Governo	5,44	5,44	5,48	5,44	5,42	5,45	<b>5,45</b>	1 a 10 (menor para maior)
	Ação Reguladora	1,00	0,98	0,94	0,95	0,94	0,96	<b>0,96</b>	-2,5 a +2,5 (menor para maior)
	Competitividade do País	4,75	4,78	4,79	4,77	4,80	4,81	<b>4,78</b>	1 a 7 (menos para mais)
	Estabilidade Política	0,46	0,50	0,50	0,50	0,48	0,42	<b>0,48</b>	-2,5 a +2,5 (menor para maior)

Fonte: Dados da pesquisa

A média do indicador corrupção governamental, considerando-se os seis anos avaliados, é, aproximadamente, de 61,60 pontos. Tal valor demonstra que os países em média precisam se aperfeiçoar no combate a corrupção, pois estão bem distantes do indicador (100) que seria uma situação de completa lisura e limpeza nas suas ações.

Quanto ao tamanho do governo a média geral foi de 5,4 ao longo do período, o que aponta que a amostra tendeu a um tamanho mediano. Novamente, países como Holanda, Dinamarca, Suécia, Finlândia e Eslovênia, se apresentaram com governos mais efetivos, com porte menor. Em relação a ação reguladora, o valor médio de (0,9 a 1,0) em uma escala que



**Contabilidade e Perspectivas Futuras**

Florianópolis, SC, Brasil  
 Centro de Eventos da UFSC  
 12 a 14 de agosto de 2018

varia de (-2,5 a +2,5) denota uma atitude reguladora moderada, na média, entre os governos analisados.

Outro aspecto relevante é que os países apresentam uma média relativamente alta de competitividade (4,8), com destaque para Suécia, Reino Unido, Japão, Finlândia, Alemanha, Dinamarca e Canadá.

Por fim, os achados sugerem que há presença razoável de estabilidade política (média entre 0,4 e 0,5). Porém, esta variável não foi melhor, neste grupo de nações, devido à instabilidade notada na Rússia, Arábia Saudita, China, Grécia, Argentina e Brasil.

Portanto, se visualiza um perfil do macroambiente político como sendo países com bons resultados para as variáveis competitividade e estabilidade, com um perfil de governos onde ainda existe um grau considerável de corrupção, que possuem um tamanho mediano de governo e uma ação reguladora de fraca para moderada.

Na Tabela 4 verificou-se por estatística descritiva o comportamento dos indicadores de corrupção governamental em cada país pertencente a amostra.

Tabela 4 – Estatística descritiva dos indicadores de corrupção dos países

PAÍSES	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	Corrupção Governamental					
Alemanha	79	80	79	78	79	81
Arábia Saudita	47	43	44	46	49	52
Argentina	29	30	35	34	34	32
Austrália	87	88	85	81	80	79
Áustria	79	78	69	69	72	76
Bélgica	71	75	75	75	74	77
Brasil	37	38	43	42	43	38
Bulgária	36	33	41	41	43	41
Canadá	89	87	84	81	81	83
China	35	36	39	40	36	37
Chipre	63	63	66	63	63	61
Croácia	41	40	46	48	48	51
Dinamarca	93	94	90	91	92	91
Eslovênia	64	59	61	57	58	60
Espanha	61	62	65	59	60	58
Estados Unidos	71	71	73	73	74	76
Finlândia	92	94	90	89	89	90
França	68	70	70	71	69	70
Grécia	35	34	36	40	38	46
Holanda	84	84	84	83	83	87
Hungria	47	46	55	54	54	51
Irlanda	80	75	69	72	74	75
Itália	39	39	42	43	43	44
Japão	78	80	74	74	76	75
Lituânia	50	48	54	57	58	61
Polônia	53	55	58	60	61	62
Reino Unido	76	78	74	76	77	81
Romênia	37	36	44	43	43	81
Rússia	21	24	28	28	27	29
Suécia	92	93	88	89	90	89
Turquia	44	42	49	50	45	42
<b>Media</b>	60,6	60,5	61,6	61,5	61,7	63,7
<b>Mínimo</b>	21	24	28	28	27	29
<b>Máximo</b>	93	94	90	91	92	91
<b>Desvio Padrão</b>	21,8	22,1	18,5	18	18,5	18,9

Fonte: Dados da pesquisa.



A avaliação da média do indicador corrupção governamental por país denotou que Argentina, Brasil, Bulgária, China, Grécia e Romênia tiveram índices abaixo de 40 em vários anos. Em contrapartida, Finlândia, Suécia, Dinamarca e Canadá foram as nações com menor corrupção. Nos anos de 2010 e 2011 este grupo de nações do G20 apresentaram os maiores indicadores de corrupção.

A seguir na Tabela 5 vê-se os resultados da estatística descritiva auferidos para as quatro variáveis de desempenho econômico.

Tabela 5 – Estatística descritiva sobre as variáveis de desempenho econômico

ANOS	ESTATÍSTICA DESCRITIVA	Giro AT	ROA	Margem Liq.	ROE
<b>2010</b>	MEDIA	<b>0,7831</b>	<b>0,0483</b>	<b>0,1205</b>	<b>0,0897</b>
	MINIMO	-1,4448	-1,8741	-5,3483	-3,6282
	MAXIMO	6,0987	2,1313	4,3371	2,9818
	DESVIO PADRÃO	0,6658	0,1552	0,4516	0,2654
<b>2011</b>	MEDIA	<b>0,8015</b>	<b>0,0500</b>	<b>0,1298</b>	<b>0,0932</b>
	MINIMO	-1,1938	-1,7978	-5,6628	-2,1956
	MAXIMO	6,5393	1,6894	3,7353	2,5250
	DESVIO PADRÃO	0,6717	0,1373	0,4091	0,2336
<b>2012</b>	MEDIA	<b>0,7838</b>	<b>0,0476</b>	<b>0,1019</b>	<b>0,0737</b>
	MINIMO	-3,1381	-1,6887	-5,8732	-2,6065
	MAXIMO	5,5280	2,5867	3,8533	2,6098
	DESVIO PADRÃO	0,6582	0,1697	0,4571	0,2481
<b>2013</b>	MEDIA	<b>0,7822</b>	<b>0,0364</b>	<b>0,1087</b>	<b>0,0676</b>
	MINIMO	-0,8413	-1,7726	-4,2317	-4,1060
	MAXIMO	6,2695	1,4362	4,5713	4,0429
	DESVIO PADRÃO	0,6421	0,1404	0,4008	0,2582
<b>2014</b>	MEDIA	<b>0,7682</b>	<b>0,0376</b>	<b>0,1076</b>	<b>0,0692</b>
	MINIMO	-0,8464	-0,8690	-3,5832	-2,1411
	MAXIMO	5,6637	1,4684	5,0461	3,4568
	DESVIO PADRÃO	0,6381	0,1300	0,4159	0,2309
<b>2015</b>	MEDIA	<b>0,7399</b>	<b>0,0237</b>	<b>0,0619</b>	<b>0,0382</b>
	MINIMO	-3,1664	-2,1499	-5,4953	-3,1683
	MAXIMO	6,8412	1,4331	5,8123	4,0763
	DESVIO PADRÃO	0,6340	0,1567	0,5254	0,3107
<b>MÉDIA DO PERÍODO</b>		<b>0,7765</b>	<b>0,0406</b>	<b>0,1051</b>	<b>0,0719</b>

Fonte: dados da pesquisa.

A variável Giro do Ativo Total (DES1) captou que as empresas, em média, possuem um Giro de Ativo equivalente a 0,7765, ou seja, as vendas líquidas são capazes de renovar 77,65% do Ativo Total. Destaca-se neste item o ano de 2011, com valor de (80,15) para a DES1, e no sentido negativo o ano de 2015 com o menor Giro do Ativo Total, 0,7399.

O variável Retorno sobre o Ativo (DES 2), a qual apresenta um valor baixo, que não ultrapassa em nenhum ano os 5%, sendo que o pior DES2 foi medido em 2015, com apenas 2,37%.



**Contabilidade e Perspectivas Futuras**

Florianópolis, SC, Brasil  
 Centro de Eventos da UFSC  
 12 a 14 de agosto de 2018

Porém, em se tratando de Margem Líquida (DES3), a amostra auferiu valor médio de 10,51%, obtendo nos anos de 2011 e 2010 valores acima dos 12%. A média geral só não atingiu patamar maior devido ao ano de 2015, cuja margem líquida apresenta valor de 6,19%.

O término dessa análise ocorre com a variável de Retorno sobre o Patrimônio Líquido (DES4), a qual mensura o lucro líquido obtido a partir do investimento do Capital Próprio. A média geral obtida é de 7,19%, porém apresentam-se contrastes, evidenciados pelo ano de 2011 quando a DES4 ultrapassa os 9% e o ano de 2015 quando a mesma variável atinge apenas 3,82%. A seguir na Tabela 6, vê-se o efeito conjunto das variáveis políticas sobre o desempenho econômico das empresas analisadas.

Tabela 6 – Efeito do Fator Político sobre o Desempenho Econômico

VARIÁVEL DEPENDENTE: DESEMPENHO ECONOMICO						
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Constante	29,361	29,388	28,289	33,954	32,311	33,893
POL	0,448*	-0,332*	0,807***	0,315	0,062	-0,197
R <sup>2</sup>	0,063	0,057	0,063	0,075	0,065	0,103
ANOVA	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
DW	1,863	1,824	1,747	1,815	1,847	1,861
N	2950					

Significativo ao nível de 10%\*; 5%\*\*; 1%\*\*\*.

Fonte: Dados da pesquisa.

Os fatores políticos demonstraram sinais positivos para com o desempenho econômico em quatro anos (2010, 2012, 2013, 2014), porém somente em 2010 e 2012 apresentaram significância. Em contraste, 2011 e 2015 foram os únicos anos com relação negativa, porém apenas em 2011 a relação foi significativa. Com isso constata-se que no primeiro triênio, da análise, as forças do ambiente político foram significativas estatisticamente, sendo negativas quanto ao desempenho apenas em 2011.

Analisando a performance das variáveis políticas, nota-se que dentre as médias de corrupção governamental da amostra, o ano de 2011 é o que apresenta maior índice de Corrupção do Governo (60,48 pontos), o que sugere que quanto mais corruptos os governos mais influência existe sobre o efeito negativo causado no desempenho das empresas. De acordo com Paolo (1995) um governo com índice maior de corrupção faz com que o investimento privado diminua, reduzindo o crescimento econômico, mesmo em uma sub amostra de países em quais regulamentos burocráticos são muito fortes, verificou-se uma associação negativa significativa entre a corrupção e o investimento, bem como crescimento econômico. O estudo de Palombo (2013) também indicou um relação negativa entre a percepção de corrupção e o desempenho econômico do setor industrial.

Palombo (2013) também havia analisado a efetividade da ação governamental em relação ao desempenho econômico de empresas industriais e seus achados demonstraram uma relação positiva entre ambos. Nesta pesquisa a variável que representa o conceito de efetividade das ações do governo está representada pelas políticas efetivas que garantem a competitividade das empresas (variável -P4) a qual obteve seus maiores valores em 2012, 2014 e 2015. No triênio (2010 a 2012) a competitividade demonstrou-se maior em 2012, ano em que os resultados sugerem que ela tenha colaborado para a ação positiva do macroambiente político sobre o desempenho.

Demsetz e Lehn (1985) verificaram que a ação reguladora do governo possuía uma relação positiva com o ROA. Nesta pesquisa a ação reguladora fez parte do macroambiente político (variável P3) e teve seu maior valor no ano de 2010, o qual foi um dos dois anos em



## Contabilidade e Perspectivas Futuras

Florianópolis, SC, Brasil  
Centro de Eventos da UFSC  
12 a 14 de agosto de 2018

que o macroambiente político teve efeito positivo sobre o desempenho. Deste modo, este apontamento da pesquisa concorre com o achado de Demsetz e Lehn (1985), indicando que a implementação de políticas sólidas de regulação pelo governo podem promover realmente um melhor desempenho do setor empresarial.

Os resultados também concorrem com os de Žvirblis e Zinkevičiūtė (2008) que ao realizarem uma avaliação integral do meio ambiente e seus efeitos sobre o desempenho das empresas de serviços de transporte da Lituânia encontraram uma maior significância nos fatores políticos. De forma específica, tais autores deram ênfase em seus resultados a ação positiva da regulamentação legal da concorrência, da infraestrutura e do investimento do governo. Analogamente, nesta pesquisa vê-se que dentre as variáveis políticas, destacam-se na amostra: a ação reguladora com índice de 0,9 a 1,0 (em uma escala de -2,5 a +2,5) e o alto valor do indicador competitividade global, formado por mais de trezentos itens, entre eles o investimento e a estrutura que o governo deve disponibilizar.

Apesar da relação negativa significativa em 2011, ao longo do período analisado, sobressaíram-se os efeitos positivos do macroambiente político sobre o desempenho econômico das empresas. Neste sentido, os resultados lembram a afirmativa de Bastos e Soares (2007) os quais asseguram que dentre os fatores macroambientais capazes de criar ou deteriorar a vantagem competitiva e o desempenho das firmas, os fatores políticos são de grande importância, em especial, para com as indústrias.

Desta forma, vê-se que os resultados positivos em quatro anos, do efeito político sobre o desempenho, mesmo que em apenas dois anos tenham sido significantes, convergem com estudos anteriores e sugerem algumas variáveis como sendo importantes na definição desta relação.

## 5 Considerações finais

Este estudo objetivou avaliar o efeito conjunto de fatores macroambientais políticos sobre o desempenho econômico de empresas dos países que compõem o G20. Os pressupostos teóricos sugerem que a relação entre os fatores políticos e o desempenho econômico é positiva. Esta relação foi analisada a luz da teoria da Nova Economia Institucional, para a qual o macroambiente e suas instituições delimitam as regras do jogo tais como, nos campos político, social, tecnológico.

O macroambiente das empresas da amostra, pertencentes a 31 países, caracterizou-se na média, entre outros pontos, por ser politicamente mais limpo que corrupto, ter uma ação reguladora presente mas não extrema, alta competitividade e existência de uma estabilidade política positiva, porém não muito alta.

O objetivo do trabalho foi alcançado verificando-se a existência do efeito conjunto dos fatores políticos sobre o desempenho econômico das empresas da amostra, sendo que a hipótese foi confirmada para os anos de 2010 e 2012. Sugere-se que as variáveis que possam ter influenciado na relação positiva entre os fatores políticos e o desempenho econômico tenham sido a ação reguladora do governo em 2010 (ano em que a regulação obteve seu maior índice) e a estabilidade política a qual teve seu melhor comportamento em 2012.

Assim observou-se que a melhor percepção da capacidade do governo em formular e implementar políticas e regulamentos sólidos que permitam e promovam o desenvolvimento do setor privado favoreceu o desempenho econômico nas empresas pertencentes a amostra estudada. Por outro lado, o ano de 2011 foi o único, da série, em que os fatores políticos influenciaram negativamente o desempenho econômico das empresas. Foi neste ano que a corrupção governamental, conforme a estatística descritiva, se apresentou maior. Este resultado converge com a com a análise de Castro (2008) que considera a corrupção como um problema econômico, uma vez que, a longo prazo, tem custos elevados para o setor privado e setor público. Para Castro (2008) a corrupção desloca recursos que poderiam ser aplicados



## Contabilidade e Perspectivas Futuras

Florianópolis, SC, Brasil  
Centro de Eventos da UFSC  
12 a 14 de agosto de 2018

eficientemente na produção de bens privados e públicos; reduz o investimento estrangeiro; aumenta a evasão fiscal uma vez que o setor informal tende a ser de maior dimensão.

Pode-se considerar que o corte realizado, o qual considerou o período entre 2010 e 2015, seja pequeno para considerações conclusivas quanto a relação estudada. Contudo, a pesquisa apresenta como limitação a dificuldade em conseguir uma diversidade adequada de dados macro ambientais que estejam disponíveis para todos os países eleitos em uma dimensão temporal maior do que a dimensão utilizada.

Para alguns autores, como Hawawini, Subramanian e Verdin (2004), ao buscar os efeitos do país sobre o desempenho, é uma limitação não utilizar-se indicadores de desempenho de lucro econômico sobre capital empregado (EP/CE) e o valor total de mercado sobre capital empregado (TMV/CE), os quais refletem desempenho econômico e não contábil. Porém, a pesquisa optou por considerar as métricas contábeis para o desempenho econômico, por meio dos indicadores contábeis, também denominados de quocientes, baseando-se na revisão de literatura apresentada.

Por fim, pode-se verificar que as regras do jogos social de North (1990) possuem evidente importância sobre o contexto organizacional. Como Santos (2007) argumentou as mudanças no ambiente tendem a alterar a forma organizacional e modificar as transações existentes. Tal pressuposto evidenciado pelos achados desta pesquisa, a luz da NEI, sugere que a possibilidade de gerar efeitos positivos sobre o desempenho indica a necessidade de um acompanhamento adequado dos fatores políticos por parte das organizações, e uma maior utilização destes como variáveis explicativas ou moderadoras de fenômenos organizacionais.

Para pesquisas futuras recomenda-se ampliar o escopo das variáveis macroambientais, a partir do reconhecimento de novas relações na literatura e por um acesso a novos sítios que disponham de indicadores macroambientais confiáveis. Também se recomenda a busca por outras bases de dados, as quais possam disponibilizar informações de outros países, e com isso trabalhar uma amostra maior, ou, criar clusters para que a se avalie as relações entre as variáveis e compare-os.

## REFERÊNCIAS

Ayaydin, H., & Hayaloglu, P. (2014). The effect of corruption on firm growth: evidence from firms in Turkey. *Asian Economic and Financial Review*, 4(5), 607-624.

Bailey, E. E. (1997). Integrating policy trends into dynamic advantage. *Wharton on dynamic competitive strategy*, 76-98.

Barbopoulos, L., Marshall, A., MacInnes, C., & McColgan, P. (2014). Foreign direct investment in emerging markets and acquirers' value gains. *International Business Review*, 23(3), 604-619.

Bastos, S. A., & Macedo-Soares, T. D. L. V. (2007). Strategic impact of macro-environmental factors on the performance of public utility concessions: CEG and CEG RIO from a relational perspective. *Revista de Administração Pública*, 41(4), 733-767.

Bonardi, J. P., Hillman, A. J., & Keim, G. D. (2005). The attractiveness of political markets: Implications for firm strategy. *Academy of Management Review*, 30(2), 397-413.

Boukou, J. (2017). Corruption and firm performance: An empirical study on the impact of bribe payments on the performance of Chinese firms.



Brito, L. A. L., & Vasconcelos, F. C. D. (2005). A influência do país de origem no desempenho das empresas. *Revista de Administração Contemporânea*, 9(4), 97-118.

Castro, C. (2008). Determinantes económicos da corrupção na União Europeia dos 15. *Economia Global e Gestão*, 13(3), 71-98.

Demsetz, H., & Lehn, K. (1985). The structure of corporate ownership: Causes and consequences. *Journal of political economy*, 93(6), 1155-1177.

Dinçer, Ö. (2004). *Stratejik yönetim ve işletme politikası* (7. bs.). İstanbul: Beta Basım.

DOH, Jonathan P. et al. Coping with corruption in foreign markets. *The Academy of Management Executive*, v. 17, n. 3, p. 114-127, 2003.

Ehrlich, I., & Lui, F. T. (1999). Bureaucratic corruption and endogenous economic growth. *Journal of Political Economy*, 107(S6), S270-S293.

Fisman, R., & Svensson, J. (2007). Are corruption and taxation harmful to growth? Firm level evidence. *Journal of development economics*, 83(1), 63-75.

Gujarati, D. N., & Porter, D. C. (2011). *Econometria Básica-5*. Amgh Editora.

GUEDES, S. N. (2000). Observações sobre a economia institucional: há possibilidade de convergência entre o velho e o novo institucionalismo. *Encontro Nacional de Economia Política*, 5.

Hair, J., Babin, B., Money, A., & Samouel, P. (2005). *Fundamentos de métodos de pesquisa em administração*. Bookman Companhia Ed.

Islam, M., & Pattak, D. C. (2017). Impact of Macro Environmental Factors on Garments Industry That Drives Export in Bangladesh. *Studies in Business and Economics*, 12(2), 100-111.

Jong, G., & Ees, H. (2014). Firms and corruption. *European Management Review*, 11(3-4), 187-190.

Karhunen, P., & Ledyeva, S. (2012). Corruption distance, anti-corruption laws and international ownership strategies in Russia. *Journal of International Management*, 18(2), 196-208.

Lambsdorff, J. G. (2003). How corruption affects persistent capital flows. *Economics of Governance*, 4(3), 229-243.

Lima, A. C. C., & Ponte, V. M. R. (2005). Um estudo sobre os fatores-chave na implantação de modelos de medição do desempenho organizacional. In *Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC*.

Lynch, R. (2009). *Strategic management*. England: Pearson Education Limited.



### Contabilidade e Perspectivas Futuras

Florianópolis, SC, Brasil  
Centro de Eventos da UFSC  
12 a 14 de agosto de 2018

March, J. G., & Sutton, R. I. (1997). Crossroads—organizational performance as a dependent variable. *Organization science*, 8(6), 698-706.

Montgomery, D. C. (1991). Experiments with a single factor: the analysis of variance. *Design and analysis of experiments*, 7, 87-89.

North, D. C. (1992). *Institutionen, institutioneller Wandel und Wirtschaftsleistung* (Vol. 76). Mohr siebeck.

Palombo, P. E. M., & Sauaia, A. C. A. (2011). INFLUÊNCIA DAS INSTITUIÇÕES NO DESEMPENHO ECONÔMICO INDUSTRIAL LATINO--AMERICANO: UM ESTUDO QUANTITATIVO COM DADOS EM PAINEL. *Cadernos PROLAM/USP*, 10(19), 132-149.

Ring, P. S., Bigley, G. A., D'ainno, T., & Khanna, T. (2005). Introduction to special topic forum: perspectives on how governments matter. *Academy of management Review*, 30(2), 308-320.

Rodriguez, P., Uhlenbruck, K., & Eden, L. (2005). Government corruption and the entry strategies of multinationals. *Academy of management review*, 30(2), 383-396.

Shleifer, A., & Vishny, R. W. (1993). Corruption. *The quarterly journal of economics*, 108(3), 599-617.

Spencer, J. W., Murtha, T. P., & Lenway, S. A. (2005). How governments matter to new industry creation. *Academy of Management Review*, 30(2), 321-337.

Spencer, J. W., Murtha, T. P., & Lenway, S. A. (2005). How governments matter to new industry creation. *Academy of Management Review*, 30(2), 321-337.

Tavares, M. C. (2000). *Gestão Estratégica*. Editora Atlas SA.

Trapero, J. B. P., & Trapero, X. B. P. (1977). Problemas de la medición del bienestar y conceptos afines:(una aplicación al caso español). Presidencia del Gobierno, Instituto Nacional de Estadística.

Ulgen, H., & Mirze, S. K. (2007). *Stratejik Yönetim*. Istanbul: Ankan Yayinlari.

Zhu, K., & Kraemer, K. L. (2005). Post-adoption variations in usage and value of e-business by organizations: cross-country evidence from the retail industry. *Information systems research*, 16(1), 61-84.

Žvirblis, A., & Zinkevičiūte, V. (2008). The integrated evaluation of the macro environment of companies providing transport services. *Transport*, 23(3), 266-272.